PROCESSO DE CONSULTA PRÉVIA
F2.6.1.48.DTOU.11.22

CADERNO DE ENCARGOS

EMPREITADA: "Construção e Reparação de infraestruturas nas redes de abastecimento de água e de saneamento"

PREÇO BASE: 149.900,00€ (Cento e quarenta e nove mil e novecentos euros)

PRAZO: 1 ano

CODIGO CPV: 45231300-8 (Construção de condutas para água e águas residuais)

Índice:

CAPITULO I – Disposições Iniciais

Cláusula 1.ª – Objeto
Cláusula 2.ª - Contrato
Cláusula 3.ª - Preço base e valor contratual
Cláusula 4.ª - Prazo
Cláusula 5.ª – Critério de adjudicação
Cláusula 6.ª – Projeto

CAPITULO II – Obrigações do empreiteiro

Secção I – Preparação e planeamento dos trabalhos
Cláusula 7.ª - Preparação e planeamento da execução da obra
Cláusula 8.ª - Plano de trabalhos ajustado
Cláusula 9.ª - Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

Secção II – Prazos de execução
Cláusula 10.ª - Prazo de execução da empreitada
Cláusula 11.ª - Cumprimento do plano de trabalhos
Cláusula 12.ª - Multas por violação dos prazos contratuais
Cláusula 13.ª - Ato e direito de terceiros

Secção III – Condições e execução da empreitada
Cláusula 14.ª - Condições gerais de execução dos trabalhos
Cláusula 15.ª - Especificações dos equipamentos
Cláusula 16.ª - Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono de obra
Cláusula 17.ª - Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção
Cláusula 18.ª - Reclamação contra a não aprovação dos materiais e elementos de construção
Cláusula 19.ª - Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção
Cláusula 20.ª - Aplicação dos materiais e elementos de construção
Cláusula 21.ª - Substituição de materiais e elementos de construção
Cláusula 22.ª - Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra
Cláusula 23.ª - Erros ou omissões do projeto e trabalhos complementares
Cláusula 24.ª - Alterações ao projeto proposto pelo empreiteiro
Cláusula 25.ª - Menções obrigatórias no local dos trabalhos
Cláusula 26.ª - Ensaios
Cláusula 27.ª - Medições
Cláusula 28.ª - Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados
Cláusula 29.ª - Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

Secção IV – Pessoal
Cláusula 30.ª - Obrigações gerais
Cláusula 31.ª - Horário de trabalho
Cláusula 32.ª - Segurança, higiene e saúde no trabalho

CAPITULO III – Obrigações do dono da obra

Cláusula 33.ª - Preço e condições de pagamento
Cláusula 34.ª - Adiantamentos ao empreiteiro

Cláusula 35.ª - Reembolso dos adiantamentos
Cláusula 36.ª - Descontos nos pagamentos
Cláusula 37.ª - Mora no pagamento
Cláusula 38.ª - Revisão de preços

Secção V – Seguros
Cláusula 39.ª - Contratos de seguros
Cláusula 40.ª - Objeto dos contratos de seguro

CAPITULO IV – Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 41.ª - Representação do empreiteiro
Cláusula 42.ª - Representação do dono da obra
Cláusula 43.ª - Livro de registo da obra

CAPITULO V – Receção e liquidação da obra

Cláusula 44.ª - Receção provisória
Cláusula 45.ª - Prazo de garantia
Cláusula 46.ª - Receção definitiva
Cláusula 47.ª - Liberação da caução

CAPÍTULO VI - Disposições finais

Cláusula 48.ª - Deveres de colaboração recíproca e informação
Cláusula 49.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual
Cláusula 50.ª - Resolução do contrato pelo dono da obra
Cláusula 51.ª - Resolução do contrato pelo empreiteiro
Cláusula 52.ª - Foro competente
Cláusula 53.ª - Comunicações e notificações
Cláusula 54.ª - Contagem dos prazos

CAPÍTULO VII -Especificações técnicas

Capítulo I

Disposições iniciais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito da consulta prévia para a realização da empreitada de "Construção e Reparação de infraestruturas nas redes de abastecimento de água e de saneamento".

Cláusula 2ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado e seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo Município de Sernancelhe;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;

c) O presente caderno de encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, prestados pelo adjudicatário;

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª

Preço base e valor contratual

1. Pela execução do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Sernancelhe deve pagar ao empreiteiro o valor da lista de artigos constantes nas especificações técnicas do presente caderno de encargos, até ao limite do preço contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço contratual (somatório de todos os trabalhos concretizados durante a vigência do contrato) não pode, em qualquer caso, ser superior a € 149 900,00 (cento e quarenta e nove mil e novecentos euros), ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4ª

Prazo

1 - O prazo de execução da empreitada é de 1 ano, podendo ser renovada por iguais períodos até ao máximo de duas renovações, não podendo em qualquer caso exceder o valor a que se refere a alínea c) do artigo 19º conjugado com o artigo 113º do Código dos Contratos Públicos, (150.000,00€).

2 - O adjudicatário obriga-se a assegurar a execução dos trabalhos, solicitados e definidos pelo município, em conformidade com o estabelecido nas especificações técnicas do presente caderno de encargos, a qualquer hora dos sete dias da semana.

3 - O adjudicatário obriga-se a executar os trabalhos referidos nos prazos máximos estipulados nas Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos após a contar da data da solicitação efetuada pelos serviços municipais.

4 - A comunicação ao adjudicatário será efetuada por telefone ou e-mail. Aquando da assinatura do contrato deverão ser indicados pelo adjudicatário os números de telefone e os endereços de e-mail, permanentemente disponíveis.

5 - Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa do município ou com a apresentação de requerimento do empreiteiro devidamente fundamentado.

Cláusula 5ª

Critério de Adjudicação

5.1 - A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, com o único critério de avaliação de mais baixo preço.

5.2 – Considera-se o mais baixo preço, o somatório dos valores unitários dos artigos descritos no anexo II do presente convite.

5.3 - São excluídas as propostas que apresentem preços unitários superiores aos valores unitários base, definidos nas especificações técnicas do caderno de encargos.

5.4 - Em caso de empate, será privilegiada a proposta que tenha mais baixo preço dos artigos mais relevantes descritos no anexo II, e por ordem decrescente, a saber: artigo 1.3.2, 1.2.1, 1.13.1, 1.13.2 e 2.3 em conformidade com o previsto no n.º6 do artigo 74º do CCP, ou seja, será avaliado o valor de mais baixo preço no primeiro artigo indicado e apenas se persistir o empate, será avaliado o artigo seguinte, e assim consecutivamente.

Caso ainda assim se mantenha o empate, será realizado um sorteio entre as propostas empatadas, na presença dos respetivos representantes legais, o qual determinará qual o adjudicatário.

Cláusula 6.ª

Projeto

1. Dada a simplicidade dos trabalhos a executar, não foi elaborado um projeto de execução, disponibilizando-se todos os elementos necessários à execução da empreitada, de acordo com as especificações técnicas anexas.

Capítulo II

Obrigações do empreiteiro

Secção I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 7.ª

Preparação e planeamento da execução da obra

1. O empreiteiro é responsável:

a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição que acompanham o projeto de execução;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea i) do n.º 4 da presente cláusula.

2. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

3. O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;

b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para

evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;

c) Trabalho de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que sejam indispensáveis alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;

d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;

b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;

c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do caderno de encargos, no prazo de 60 dias contados da data consignação total ou da primeira consignação parcial, salvo dos que só sejam detetáveis durante a execução da obra, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões;

d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;

e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;

Cláusula 8.ª

Plano de trabalhos ajustado

Não aplicável.

Cláusula 9.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

Não aplicável.

Secção II

Prazos de execução

Cláusula 10.º

Prazo de execução da empreitada

1. O empreiteiro obriga-se a:

a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovados;

b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;

c) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória no prazo 18 dias a contar da data da sua consignação ou da data em que o dono de obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior.

2. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

3. Quando o empreiteiro, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, sem que tal se encontre previsto no caderno de encargos ou resulte de caso de força maior, pode o dono da obra exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização;

4. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro;

5. Se houver lugar à execução de trabalhos complementares cuja execução prejudique o normal desenvolvimento do plano de trabalhos, o respetivo prazo de execução é fixado nos seguintes termos:

a) Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no contrato a executar em condições semelhantes, são aplicáveis os prazos parciais previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;

b) Tratando-se de trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no contrato mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de prazo de execução, no prazo de 10 dias a contar da data da ordem de receção de execução dos mesmos.

Cláusula 11.ª

Cumprimento do plano de execução

1. O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

2. Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3. No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 8.ª.

Cláusula 12.ª

Multas por violação dos prazos contratuais

1. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual.

2. No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

3. O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

Cláusula 13.ª

Atos e direitos de terceiros

1. Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2. No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 14.ª

Condições gerais de execução dos trabalhos

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.

2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.

3. O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

Cláusula 15.ª

Especificações dos equipamentos

1. Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos.

2. Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.

3. No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.

4. Sem prejuízo do disposto nos artigos 61º e 378º do CCP quando aplicáveis, nos casos previstos nos n.ºs 2 e 3 desta cláusula, ou sempre que o empreiteiro entenda que as características dos materiais e elementos de construção fixadas no projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, o empreiteiro comunicará o facto ao dono da obra e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes, bem como da alteração de preços a que a aplicação daqueles matérias e elementos de construção possa dar lugar.

5. A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo a que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos.

6. Se o dono da obra, no prazo de 15 dias, não se pronunciar sobre a proposta e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o empreiteiro utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais.

7. O regime de responsabilidade pelo aumento de encargos resultante da alteração das características técnicas dos materiais e elementos de construção, ou o regime aplicável à sua eventual diminuição, é o regime definido no CCP para os "trabalhos a mais e a menos" ou para a "responsabilidade por erros

e omissões", consoante a referida alteração configure "trabalhos a mais ou a menos" ou "trabalhos de suprimento de erros e omissões".

Cláusula 16.ª

Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono de obra

1. Se o dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o empreiteiro será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.

2. O disposto no número anterior não será aplicável se o empreiteiro demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

Cláusula 17.ª

Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

1. Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, o empreiteiro submetê-los -á à aprovação do dono da obra.

2. Em qualquer momento poderá o empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando -se a mesma concedida se o dono da obra não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3. O empreiteiro é obrigado a fornecer ao dono da obra as amostras de materiais e elementos de construção que este lhe solicitar.

4. A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.

5. Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios correrão por conta do dono da obra.

Cláusula 18.ª

Reclamação contra a não aprovação dos materiais e elementos de construção

1. Se for negada a aprovação dos materiais e elementos de construção e o empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e apresentar ao dono da obra reclamação fundamentada no prazo de 10 dias.

2. A reclamação considera-se deferida se o dono da obra não notificar o empreiteiro da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso
de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3. Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do empreiteiro dê origem serão suportados pela parte que decair.

Cláusula 19.ª

Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção

1. Uma vez aprovados os materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade.

2. No ato de aprovação dos materiais e elementos de construção poderá o empreiteiro exigir que se colham amostras de qualquer deles.

3. Se a modificação da qualidade dos materiais e elementos de construção resultar de causa imputável ao empreiteiro, este deverá substitui-los à sua custa.

Cláusula 20.ª

Aplicação dos materiais e elementos de construção

Os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas, seguindo -se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo empreiteiro e aprovados pelo dono da obra.

Cláusula 21.ª

Substituição de materiais e elementos de construção

1. Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:

a) Sejam diferentes dos aprovados;

b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.

2. As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do empreiteiro.

3. Se o empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.

Cláusula 22.ª

Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra

1. O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

Cláusula 23.ª

Erros ou omissões do projeto e trabalhos complementares

1. O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos.

2. O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos complementares, desde que tal lhe seja ordenado por escrito pelo dono de obra lhe sejam entregues as alterações aos elementos da solução da obra necessários à sua execução.

3. O empreiteiro deve, no prazo de 60 dias contados da data da consignação total ou da primeira consignação parcial, reclamar sobre a existência de erros e omissões do caderno de encargos, salvo dos que só sejam detetáveis durante a execução da obra, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões.

4. O empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos complementares que se destinem ao suprimento de erros e omissões que, não podendo objetivamente ser detetados na fase de formação do contrato, também não tenha, sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

Cláusula 24.ª

Alterações ao projeto proposto pelo empreiteiro

1. Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

2. Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra e apreciadas pelo autor do projeto de execução no âmbito da assistência técnica que a este compete.

Cláusula 25.ª

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2. O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3. O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

4. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 26.ª

Ensaios

1. Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.

2. Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.

3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Cláusula 27.ª

Medições

1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao 8.º dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.

3. A realização das medições obedece aos seguintes critérios:

a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;

b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 28.ª

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1. Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra, correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2. No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 29.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1. O dono da obra reserva -se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do contrato ou outros prejuízos.

3. Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de 10 dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio

financeiro do contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:

a) Prorrogação do prazo do contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra; e

b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato que demonstre ter sofrido.

SECÇÃO IV

Pessoal

Cláusula 30.ª

Obrigações gerais

1. São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2. O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4. As quantidades e a qualificação profissional da mão -de -obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 31.ª

Horário de trabalho

1. O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.

2. A faculdade conferida no número anterior deve prever o pagamento, por parte do empreiteiro ao dono da obra, de horas extraordinárias ao diretor de fiscalização da obra ou seu representante.

Cláusula 32.ª

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1. O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2. O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar -lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3. No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa daquele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 38.ª.

5. O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra e às pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.

CAPÍTULO III

Obrigações do dono da obra

Cláusula 33.ª

Preço e condições de pagamento

1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, deve o município deve pagar ao empreiteiro o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 26.ª

3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 dias, após a apresentação da respetiva fatura.

4. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.

5. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à efetiva realização daqueles.

6. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

7. O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo diretor de fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.

8. O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 34.ª

Adiantamentos ao empreiteiro

1. O empreiteiro pode solicitar através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento de preço por conta das prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios das mesmas quando:

a) O valor dos adiantamentos não seja superior a 30% do preço contratual; e

b) Seja prestada caução de valor igual ou superior aos adiantamentos efetuados, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 88º e 90º.

2. No caso de a despesa inerente ao contrato se realizar em mais de um ano económico, o contraente público só pode efetuar adiantamentos de preço quando, até ao final do ano económico no qual são realizados adiantamentos, sejam realizadas prestações ou praticados atos preparatórios ou acessórios das mesmas de montante igual pu superior aos valores adiantados.

Cláusula 35.ª

Reembolso dos adiantamentos

1. Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:

a) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

Vri = Va/Vt × Vpt – Vrt

b) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

Vri = Va/Vt × V'pt – Vrt

em que:

Vri é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

Va é o valor do adiantamento;

Vt é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

Vpt é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

V'pt é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

Vrt é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso

Cláusula 36.ª

Descontos nos pagamentos

Atendendo à diminuta complexidade dos trabalhos a realizar, é dispensado o reforço da caução, conforme prevê o artigo 353º do CCP.

Cláusula 37.ª

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 38.ª

Revisão de preços

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto -Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo aplicada a fórmula (F21 – redes de abastecimento de água e de águas residuais):

$$Ct = 0{,}28 \frac{St}{S_0} + 0{,}04 \frac{M03}{M03_0} + 0{,}01 \frac{M18}{M18_0} + 0{,}01 \frac{M20}{M20_0} + 0{,}04 \frac{M22}{M22_0} + 0{,}01$$

$$\frac{M24}{M24_0} + 0{,}07 \frac{M32}{M32_0} + 0{,}01 \frac{M43}{M43_0} + 0{,}25 \frac{M50}{M50_0} + 0{,}18 \frac{E}{E_0} + 0{,}10$$

Onde:

Ct é o índice de atualização mensal a aplicar ao montante sujeito a revisão, obtido a partir de um somatório de parcelas com uma aproximação de seis casas decimais e arredondado para mais quando o valor da sétima casa decimal seja igual ou superior a cinco, mantendo-se o valor da sexta casa decimal no caso contrário;

St é o índice de custos de mão-de-obra relativo ao mês a que respeita a revisão;

S0 é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas;

M03, M18, M20, M22, M24, M32, M43, M50 e E são respetivamente, os índices dos custos dos materiais, relativos ao mês a que respeita a revisão dos seguintes materiais: Inertes, Betumes a granel, Gasóleo, Madeiras de pinho, Tubos de pvc, Aço para batão armado, Tubos e acessórios de ferro fundido e aço e Equipamentos de apoio;

$M03_0$, $M18_0$, $M20_0$, $M22_0$, $M24_0$, $M32_0$, $M43_0$, $M50_0$ e E_0 são os mesmos índices mas relativo ao mês anterior ao da data limite para a entrega das propostas;

2. A revisão dos preços efetua-se de acordo com o cronograma financeiro aprovado, nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2004 de 02 de Janeiro;

3. No caso de prorrogações graciosas, o adjudicatário não terá direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços, em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo cronograma financeiro que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor.

4. Nas prorrogações legais, a revisão de preços far-se-á tendo em conta o correspondente cronograma financeiro;

5. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

SECÇÃO VI

Seguros

Cláusula 39.ª

Contratos de seguro

1. O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste caderno de encargos e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data da consignação.

2. O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

3. O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos.

4. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

5. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro.

6. Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo -se de todos os encargos envolvidos e ou que tenha suportado.

7. O empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data em que deixem de o estar.

Cláusula 40.ª

Objeto dos contratos de seguro

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2. O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga,

máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.

3. O empreiteiro obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.

4. No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

5. O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

CAPÍTULO IV

Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 41.ª

Representação do empreiteiro

1. Durante a execução do contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2. O empreiteiro obriga -se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico qualificado.

3. Após a assinatura do contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo -se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.

5. O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

6. O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do diretor de obra.

7. Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

8. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea i) do n.º 4 da cláusula 6.ª

9. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.

Cláusula 42.ª

Representação do dono da obra

1. Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2. O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3. O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do contrato.

Cláusula 43.ª

Livro de registo da obra

1. O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, os referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP

3. O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

CAPÍTULO V

Receção e liquidação da obra

Cláusula 44.ª

Receção provisória

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 45.ª

Prazo de garantia

1. Na data da assinatura do auto de receção provisória inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o empreiteiro está obrigado a corrigir todos os defeitos da obra;

2. O prazo de garantia varia de acordo com o defeito da obra, nos seguintes termos: (n.º2 do art.º 397):

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos;

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações;

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

3. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.

4. Excetuam -se do disposto no n.º 2 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

5. O empreiteiro tem obrigação de corrigir, a expensas suas, todos os defeitos da obra e dos equipamentos nela integrados que sejam identificados até ao termo do prazo de garantia, entendendo-se como tais, designadamente, quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos ou integrados e o previsto no contrato;

6. Se os defeitos identificados não forem suscetíveis de correção, o dono de obra pode, sem custos adicionais, exigir ao empreiteiro que repita a execução da obra com defeito ou que substitua os equipamentos defeituosos;

7. Sem prejuízo da opção pelo exercício do direito de resolução do contrato, não sendo corrigidos os defeitos nem cumprido o disposto no número anterior, ainda que se verifiquem os casos previstos na sua parte final, o dono de obra pode exigir a redução do preço e tem direito de ser indemnizado nos termos gerais.

Cláusula 46.ª

Receção definitiva

1. No final do prazo de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3. A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpra todas as exigências contratualmente previstas;

b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

5. São aplicáveis à vistoria e ao auto de receção definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização da vistoria pelo dono da obra, os preceitos que regulam a receção provisória quanto às mesmas matérias, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 398.º do CCP.

Cláusula 47.ª

Liberação da caução

1. O regime de liberação das cauções prestadas pelo cocontratante processar-se-á nos termos estipulados no artigo 295º co CCP.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Cláusula 48.ª

Deveres de colaboração recíproca e informação

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 49.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas nos documentos de habilitação, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.os 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

2. O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato. A subcontratação na fase de execução está sujeita a autorização do dono da obra, dependente da verificação da capacidade técnica do subcontratado em moldes semelhantes aos que foram exigidos ao subempreiteiro na fase de formação do contrato, aplicando -se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.os 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

3. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4. O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6. No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo -lhe cópia do contrato em causa.

7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

8. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 50.ª

Resolução do contrato pelo dono da obra

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao empreiteiro;

b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;

c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;

d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa-fé;

e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;

f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;

h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;

j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;

l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;

m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;

n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;

o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;

p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;

q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de o dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3. No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 51.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;

g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;

h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20 % do preço contratual;

i) Se a suspensão da empreitada se mantiver:

i1) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;

i2) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;

j) Se, verificando -se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20 % do preço contratual.

2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico – financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 52.ª

Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 53.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 54.ª

Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CAPÍTULO VII

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GERAIS

1 - Localização

Os trabalhos relativos à empreitada são para ser efetuados nas várias freguesias do município de Sernancelhe.

2 – Lista de trabalhos e valor base inerentes à empreitada

Os trabalhos e o valor unitário base inerentes à empreitada, incluem:

Art.	Tarefa	Unidade	Valor unitário base
1	**REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**		
1.1	Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.		
1.1.1	Até 5 ml	ml	55,00 €
1.1.2	Entre 5ml e 20ml	ml	50,00 €
1.1.3	Superior a 20ml	ml	40,00 €
1.2	Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado e reposição de pavimento existente, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.		
1.2.1	Até 5 ml	ml	80,00 €
1.2.2	Entre 5ml e 20ml	ml	70,00 €
1.1.3	Superior a 20ml	ml	60,00 €
1.3	Fornecimento e montagem de caixa para contador, válvulas de seccionamento, ligação à rede existente e demais acessórios, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.		
1.3.1	DN ¾”	un	295,00 €
1.3.2	DN ¾” incluindo contador DN15mm	un	325,00 €
1.3.3	DN 1"1/4"	un	345,00 €
1.4	Fornecimento e aplicação de tubagem em PEAD PN10, desde a abraçadeira de ligação até à caixa de contador, conforme especificações técnicas do caderno de encargos.		
1.4.1	DN ¾”	ml	6,00 €
1.4.2	1”	ml	7,00 €
1.4.3	DN 1"1/4"	ml	7,50 €

1.4.4	DN 1"1/2"	ml	8,00 €
1.5	Fornecimento e aplicação de tubagem em PVC PN16, incluindo fita sinalizadora, curvas e acessórios necessários, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.		
1.5.1	DN63	ml	8,00 €
1.5.2	DN90	ml	12,00 €
1.6	Transferência de contador para o limite da propriedade sem caixa, de acordo com as especificações técnicas do caderno de encargos.	un	235,00 €
1.7	Transferência de contador para o limite da propriedade com caixa, de acordo com as especificações técnicas do caderno de encargos.	un	260,00 €
1.8	Execução de ligação da conduta de água aos ramais existentes, conforme especificações técnicas do caderno de encargos.	un	70,00 €
1.9	Fornecimento e aplicação de válvulas de seccionamento em FFD de águas flangeadas, incluindo: abertura e tapamento de vala, fornecimento de manilha pré-fabricada de betão Ø40 cm, com a altura de 100cm, tampa em FFD Ø40cm, acessórios de ligação à tubagem existente e reposição do pavimento existente, de acordo com as especificações técnicas do caderno de encargos.		
1.9.1	DN63	un	565,00 €
1.9.2	DN90	un	675,00 €
1.10	Fornecimento e montagem de ventosa de simples efeito de 1", incluindo movimento de terras e reposição do pavimento, conforme especificações técnicas do caderno de encargos.	un	780,00 €
1.11	Fornecimento e montagem de válvula redutora de pressão em FFD flangeada DN63, incluindo filtro obliquo em FFD DN63, conforme especificações técnicas do caderno de encargos.	un	790,00 €
1.12	Execução de câmaras de inspeção (CI) em anéis de betão, com fundo em brita, fornecimento e colocação de tampa em ferro fundido Ø0,60m, H < 1,20 m e Ø 1,00 m (Tampa da classe D400), degraus em ferro fundido, reboco bem afagado com aditivo hidrofugante e execução de fundo de caixa conforme pormenor, incluindo movimento de terras e reposição do pavimento, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	un	730,00 €
1.13	Reparação de roturas na rede de abastecimento de água, incluindo escavação em solo de qualquer natureza e transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado, fornecimento e aplicação de acessórios de ligação em FFD, aterro com areia e material da escavação conforme pormenor tipo, transporte de produtos sobrantes a vazadouro, reposição de pavimento existente, de acordo com as especificações técnicas do caderno de encargos.		
1.13.1	Em ramais domiciliários	ml	200,00 €
1.13.2	Na rede geral de abastecimento de água	ml	240,00 €
1.13.3	Escavação/aterro	M2	100,00 €

1.13.4	Reposição de pavimento existente	M2	35,00 €
2	**REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS**		
2.1	Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.		
2.1.1	Até 5 ml	ml	80,00 €
2.1.2	Superior a 5ml	ml	70,00 €
2.2	Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado e reposição de pavimento existente, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.		
2.2.1	Até 5 ml	ml	100,00 €
2.2.2	Superior a 5ml	ml	90,00 €
2.3	Execução de câmara ramal de ligação (CRL) prefabricada em betão, fornecimento e colocação de tampa em ferro fundido Ø50 cm, classe B125, ligação à caixa da rede geral ou ao coletor geral em forquilha, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	un	225,00 €
2.4	Fornecimento e aplicação de tubagem em PP corrugado SN8, incluindo fita sinalizadora, e especificações técnicas do caderno de encargos.		
2.4.1	Ø125 mm	ml	8,00 €
2.4.2	Ø200 mm	ml	14,00 €
2.5	Execução de câmaras de inspeção (CI) em anéis de betão, com fundo liso prefabricado, fornecimento e colocação de tampa em ferro fundido Ø0,60m, H < 2,00 m e Ø 1,00 m (Tampa da classe D400), degraus em ferro fundido, reboco bem afagado com aditivo hidrofugante e execução de fundo de caixa conforme pormenor, incluindo movimento de terras e reposição do pavimento, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	un	890,00 €

3 - Quantidades dos trabalhos

A quantidade dos trabalhos a realizar depende do número de pedidos realizados pelo município, referente a cada um dos trabalhos atrás expostos.

4 - Material a utilizar

Todos os materiais (ex. acessórios, tubagens, contadores, etc.) a utilizar, na realização dos trabalhos previstos, devem cumprir as exigências de qualidade das normas e diretivas em vigor na legislação portuguesa, e devem ser previamente apresentados e aprovados pelos serviços técnicos camarários.

5 – Prazo para a execução dos trabalhos

Art.	Tarefa	Prazo máximo de execução
1	**REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**	
1.1	Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	
1.1.1	Até 5 ml	3 dias
1.1.2	Superior a 5ml	3 dias
1.1.3	Superior a 20ml	3 dias
1.2	Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado e reposição de pavimento existente, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	
1.2.1	Até 5 ml	3 dias
1.2.2	Superior a 5ml	3 dias
1.1.3	Superior a 20ml	3 dias
1.3	Fornecimento e montagem de caixa para contador, válvulas de seccionamento, ligação à rede existente e demais acessórios, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	
1.3.1	DN ¾”	3 dias
1.3.2	DN ¾” incluindo contador DN15mm	3 dias
1.3.3	DN 1"1/4"	3 dias
1.4	Fornecimento e aplicação de tubagem em PEAD PN10, desde a abraçadeira de ligação até à caixa de contador, conforme especificações técnicas do caderno de encargos.	
1.4.1	DN ¾”	3 dias
1.4.2	1”	3 dias
1.4.3	DN 1"1/4"	3 dias
1.4.4	DN 1"1/2"	3 dias
1.5	Fornecimento e aplicação de tubagem em PVC PN16, incluindo fita sinalizadora, curvas e acessórios necessários, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	
1.5.1	DN63	5 dias
1.5.2	DN90	3 dias
1.6	Transferência de contador para o limite da propriedade sem caixa, de acordo com as especificações técnicas do caderno de encargos.	3 dias
1.7	Transferência de contador para o limite da propriedade com caixa, de acordo com as especificações técnicas do caderno de encargos.	3 dias

1.8	Execução de ligação da conduta de água aos ramais existentes, conforme especificações técnicas do caderno de encargos.	5 dias
1.9	Fornecimento e aplicação de válvulas de seccionamento em FFD de águas flangeadas, incluindo: abertura e tapamento de vala, fornecimento de manilha pré-fabricada de betão Ø40 cm, com a altura de 100cm, tampa em FFD Ø40cm, acessórios de ligação à tubagem existente e reposição do pavimento existente, de acordo com as especificações técnicas do caderno de encargos.	
1.9.1	DN63	3 dias
1.9.2	DN90	3 dias
1.10	Fornecimento e montagem de ventosa de simples efeito de 1", incluindo movimento de terras e reposição do pavimento, conforme especificações técnicas do caderno de encargos.	5 dias
1.11	Fornecimento e montagem de válvula redutora de pressão em FFD flangeada DN63, incluindo filtro obliquo em FFD DN63, conforme especificações técnicas do caderno de encargos.	3 dias
1.12	Execução de câmaras de inspeção (CI) em anéis de betão, com fundo em brita, fornecimento e colocação de tampa em ferro fundido Ø0,60m, H < 1,20 m e Ø 1,00 m (Tampa da classe D400), degraus em ferro fundido, reboco bem afagado com aditivo hidrofugante e execução de fundo de caixa conforme pormenor, incluindo movimento de terras e reposição do pavimento, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	5 dias
1.13	Reparação de roturas na rede de abastecimento de água, incluindo escavação em solo de qualquer natureza e transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado, fornecimento e aplicação de acessórios de ligação em FFD, aterro com areia e material da escavação conforme pormenor tipo, transporte de produtos sobrantes a vazadouro, reposição de pavimento existente, de acordo com as especificações técnicas do caderno de encargos.	
1.13.1	Em ramais domiciliários	4 horas
1.13.2	Na rede geral de abastecimento de água	4 horas
2	**REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS**	
2.1	Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	
2.1.1	Até 5 ml	3 dias
2.1.2	Superior a 5ml	3 dias
2.2	Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado e reposição de pavimento existente, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	
2.2.1	Até 5 ml	3 dias
2.2.2	Superior a 5ml	3 dias

2.3	Execução de câmara ramal de ligação (CRL) prefabricada em betão, fornecimento e colocação de tampa em ferro fundido Ø50 cm, classe B125, ligação à caixa da rede geral ou ao coletor geral em forquilha, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	5 dias
2.4	Fornecimento e aplicação de tubagem em PP corrugado SN8, incluindo fita sinalizadora, e especificações técnicas do caderno de encargos.	
2.4.1	Ø125 mm	5 dias
2.4.2	Ø200 mm	5 dias
2.5	Execução de câmaras de inspeção (CI) em anéis de betão, com fundo liso prefabricado, fornecimento e colocação de tampa em ferro fundido Ø0,60m, H < 2,00 m e Ø 1,00 m (Tampa da classe D400), degraus em ferro fundido, reboco bem afagado com aditivo hidrofugante e execução de fundo de caixa conforme pormenor, incluindo movimento de terras e reposição do pavimento, conforme pormenor e especificações técnicas do caderno de encargos.	5 dias

6 - Execução dos trabalhos

No dia seguinte ao termo do prazo estipulado para a execução dos trabalhos, deve o empreiteiro, entregar nos serviços administrativos a relação dos trabalhos realizados, preenchida com todos os dados, incluindo fotografias do trabalho, que apenas será aceite após verificação por parte dos técnicos da sua conformidade.

7 - Material a utilizar

Todos os materiais (ex. acessórios, tubagens, contadores, etc.) a utilizar, na realização dos trabalhos previstos, devem cumprir as exigências de qualidade das normas e diretivas em vigor na legislação portuguesa, e devem ser previamente apresentados e aprovados pelos serviços técnicos camarários.

NATUREZA, EXTENSÃO E DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS

Para a realização dos trabalhos objeto, considera-se que o adjudicatário se inteirou dos locais onde os mesmos se irão efetuar e das respetivas condições, para além das informações fornecidas nos documentos que fazem parte integrante do processo do concurso.

O adjudicatário obriga-se a respeitar, em tudo o que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais.

1 - REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Artigo 1.1 - Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado.

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, em terreno de qualquer natureza, incluindo a baldeação dos produtos escavados, regularização dos fundos e todos os trabalhos acessórios de entivação normal ou especial, drenagem de valas, carga e transporte de excedentes para operador de gestão licenciado para esse efeito, segundo o Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de Março, tudo de acordo com peças desenhada em anexo;
- Aterro da vala, com material proveniente da escavação, ou com material de empréstimo se necessário, isento de torrões, pedras e raízes, compactado em camadas de altura inferior a 0.20m, bem compactadas entre si e contra as paredes da vala, por processos manuais ou mecânicos, de modo a que não se danifique a tubagem e a atingir uma compactação superior a 95% do ensaio proctor normal, tudo de acordo com peça desenhada em anexo.

Artigo 1.2 - Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado e reposição do pavimento existente.

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, em terreno de qualquer natureza, incluindo a baldeação dos produtos escavados, regularização dos fundos e todos os trabalhos acessórios de entivação normal ou especial, drenagem de valas, carga e transporte de excedentes para operador de gestão licenciado para esse efeito, segundo o Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de Março, tudo de acordo com peças desenhada em anexo;
- Aterro da vala, com material proveniente da escavação, ou com material de empréstimo se necessário, isento de torrões, pedras e raízes, compactado em camadas de altura inferior a 0.20m, bem compactadas entre si e contra as paredes da vala, por processos manuais ou mecânicos, de modo a que não se danifique a tubagem e a atingir uma compactação superior a 95% do ensaio proctor normal, tudo de acordo com peça desenhada em anexo;
- Reposição do pavimento existente, correspondente à área de intervenção.

Nota: No caso de não existirem condições na reposição do pavimento após a reparação, deverá a área de intervenção ficar com pavimento em tout-venant à cota final do pavimento existente.

Caso a área intervencionada esteja sujeita a muito trânsito rodoviário, deverá ficar provisoriamente pavimentada com cubos de granito.

Artigo 1.3 - Fornecimento e montagem de caixa para contador, contador, válvulas de seccionamento, ligação à rede existente e demais acessórios

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Corte da rede geral de abastecimento de água do local;
- Fornecimento e aplicação de abraçadeira de ligação em FFD do diâmetro da tubagem existente, com saída para tubo de ¾" e de 1 1/4";
- Abertura de negativo na parede situada no limite da propriedade, para a colocação da caixa de contador e tubagem;
- Fornecimento e aplicação da caixa de contador;
- Remate da caixa de contador e do negativo da tubagem da parede;
- Fornecimento e aplicação de contador DN15, válvula de corte tipo olho-de-boi, válvula de segurança tipo borboleta e dos vários acessórios para a completa ligação do circuito;
- Selagem do contador e da válvula de corte;
- Fornecimento e aplicação de isolamento em espuma de alta densidade (dentro da caixa), no contador, tubagem, válvulas e acessórios.
- Abertura da rede geral de abastecimento de água.

Artigo 1.4 - Fornecimento e aplicação de tubagem em PEAD PN10, desde a abraçadeira de ligação até à caixa de contador

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Fornecimento e aplicação de tubagem em PEAD PN10 de diâmetro ¾", 1", 1 1/4" e 1"1/2, desde a abraçadeira de ligação até à caixa de contador;

Artigo 1.5 - Fornecimento e aplicação de tubagem em PVC PN16, incluindo fita sinalizadora, curvas e acessórios necessários

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Fornecimento e aplicação de tubagem em PVC PN16 de DN63mm ou DN90mm, incluindo ligação à rede existente, fita sinalizadora, curvas, maciços em betão e todos os acessórios necessários.

Artigo 1.6 - Transferência de contador para o limite da propriedade sem caixa

Este serviço deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Corte da rede geral de abastecimento de água do local;
- Fornecimento e aplicação de tubagem em PEAD PN10 de diâmetro ¾", desde o ramal existente até à caixa de contador;
- Abertura de negativo na parede situada no limite da propriedade, para a colocação da caixa de contador e tubagem;
- Fornecimento e aplicação de válvula de corte tipo olho-de-boi, válvula de segurança tipo borboleta e dos vários acessórios para a completa ligação do circuito;
- Colocação do contador existente;
- Selagem do contador e da válvula de corte;
- Fornecimento e aplicação de isolamento em espuma de alta densidade (dentro da caixa), no contador, tubagem, válvulas e acessórios.
- Abertura da rede geral de abastecimento de água.

Artigo 1.7 - Transferência de contador para o limite da propriedade com caixa

Este serviço deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Corte da rede geral de abastecimento de água do local;
- Fornecimento e aplicação de tubagem em PEAD PN10 de diâmetro ¾", desde o ramal existente até à caixa de contador;
- Abertura de negativo na parede situada no limite da propriedade, para a colocação da caixa de contador e tubagem;
- Fornecimento e aplicação de caixa de contador;
- Fornecimento e aplicação de válvula de corte tipo olho-de-boi, válvula de segurança tipo borboleta e dos vários acessórios para a completa ligação do circuito;
- Colocação do contador existente;
- Selagem do contador e da válvula de corte;
- Fornecimento e aplicação de isolamento em espuma de alta densidade (dentro da caixa), no contador, tubagem, válvulas e acessórios.
- Abertura da rede geral de abastecimento de água.

Artigo 1.8 - Execução de ligação da conduta de água aos ramais existentes

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Corte da rede geral de abastecimento de água do local;
- Fornecimento e aplicação de abraçadeira de ligação em FFD do diâmetro da tubagem existente, com saída para tubo de ¾" e de 1 1/4";
- Abertura da rede geral de abastecimento de água.

Artigo 1.9 - Fornecimento e aplicação de válvulas de seccionamento de águas em FFD flangeadas, incluindo: abertura e tapamento de vala, fornecimento de manilha pré-fabricada de betão Ø40 cm, com a altura de 100cm, tampa em FFD Ø40cm, acessórios de ligação à tubagem existente e reposição do pavimento existente

- Deslocação ao local de intervenção;
- Corte da rede geral de abastecimento de água do local;
- Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, em terreno de qualquer natureza, incluindo a baldeação dos produtos escavados, regularização dos fundos e todos os trabalhos acessórios de entivação normal ou especial, drenagem de valas, carga e transporte de excedentes para operador de gestão licenciado para esse efeito, segundo o Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de Março, tudo de acordo com peças desenhada em anexo.
- Fornecimento e aplicação de válvula de seccionamento em FFD;
- Fornecimento e aplicação de caixa pré-fabricada de betão com Ø40 cm, com a altura média de 100cm;
- Fornecimento e aplicação de tampa em FFD Ø40cm, de classe B125;
- Aterro da vala, com material proveniente da escavação, ou com material de empréstimo se necessário, isento de torrões, pedras e raízes, compactado em camadas de altura inferior a 0.20m, bem compactadas entre si e contra as paredes da vala, por processos manuais ou mecânicos, de modo a que não se danifique a tubagem e a atingir uma compactação superior a 95% do ensaio proctor normal, tudo de acordo com peça desenhada em anexo.
- Abertura da rede geral de abastecimento de água.
- Reposição do pavimento existente, correspondente à área de intervenção.

Nota: No caso de não existirem condições na reposição do pavimento após a reparação, deverá a área de intervenção ficar com pavimento em tout-venant à cota final do pavimento existente.

Caso a área intervencionada esteja sujeita a muito trânsito rodoviário, deverá ficar provisoriamente pavimentada com cubos de granito.

Artigo 1.10 - Fornecimento e montagem de ventosa automática de simples efeito de diâmetro 1"com filtro

- Deslocação ao local de intervenção;
- Corte da rede geral de abastecimento de água do local;
- Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, em terreno de qualquer natureza, incluindo a baldeação dos produtos escavados, regularização dos fundos e todos os trabalhos acessórios de entivação normal ou especial, drenagem de valas, carga e transporte de excedentes para operador de gestão licenciado para esse efeito, segundo o Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de Março, tudo de acordo com peças desenhada em anexo.
- Fornecimento e aplicação de abraçadeira de ligação em FFD do diâmetro da tubagem existente, com saída para tubo de 1";
- Fornecimento e aplicação de tubagem em PEAD PN10 de diâmetro 1", desde a abraçadeira de ligação até à caixa pré-fabricada de betão;
- Fornecimento e aplicação de caixa pré-fabricada de betão;
- Fornecimento e aplicação de ventosa automática de simples efeito de diâmetro 1" com filtro;
- Aterro da vala, com material proveniente da escavação, ou com material de empréstimo se necessário, isento de torrões, pedras e raízes, compactado em camadas de altura inferior a 0.20m, bem compactadas entre si e contra as paredes da vala, por processos manuais ou mecânicos, de modo a que não se danifique a tubagem e a atingir uma compactação superior a 95% do ensaio proctor normal, tudo de acordo com peça desenhada em anexo.
- Abertura da rede geral de abastecimento de água.
- Reposição do pavimento existente, correspondente à área de intervenção.

Nota: No caso de não existirem condições na reposição do pavimento após a reparação, deverá a área de intervenção ficar com pavimento em tout-venant à cota final do pavimento existente.

Caso a área intervencionada esteja sujeita a muito trânsito rodoviário, deverá ficar provisoriamente pavimentada com cubos de granito.

Artigo 1.11 - Fornecimento e montagem de válvula redutora de pressão em FFD flangeada DN63, incluindo filtro obliquo DN63 em FFD

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:
- Deslocação ao local de intervenção;
- Corte da rede geral de abastecimento de água do local;
- Fornecimento e aplicação de válvula redutora de pressão em FFD flangeada DN63, incluindo filtro obliquo em FFD DN63, incluindo todas as ligações e maciços em betão;
- Abertura da rede geral de abastecimento de água.

Artigo 1.12 – Execução de câmaras de inspeção (CI) em anéis de betão, com fundo em brita, fornecimento e colocação de tampa em ferro fundido Ø0,60m, H < 1,20 m e Ø 1,00 m (Tampa da classe D400), degraus em ferro fundido, reboco bem afagado com aditivo hidrofugante e execução de fundo de caixa conforme pormenor, incluindo movimento de terras e reposição do pavimento

- Deslocação ao local de intervenção;
- Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, em terreno de qualquer natureza, incluindo a baldeação dos produtos escavados, regularização dos fundos e todos os trabalhos acessórios de entivação normal ou especial, drenagem de valas, carga e transporte de excedentes para operador de gestão licenciado para esse efeito, segundo o Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de Março, tudo de acordo com peças desenhada em anexo;
- Fornecimento e montagem de caixa pré-fabricada, incluindo anéis e cúpula em betão, fundo em brita, tampa em ferro fundido Ø0,60m, H < 1,20 m e Ø 1,00 m (Tampa da classe D400), degraus em betão polímero, reboco afagado com aditivo hidrofugante;
- Aterro da vala, com material proveniente da escavação, ou com material de empréstimo se necessário, isento de torrões, pedras e raízes, compactado em camadas de altura inferior a 0.20m, bem compactadas entre si e contra as paredes da vala, por processos manuais ou mecânicos, de modo a que não se danifique a tubagem e a atingir uma compactação superior a 95% do ensaio proctor normal, tudo de acordo com peça desenhada em anexo.
- Reposição do pavimento existente, correspondente à área de intervenção.

Nota: No caso de não existirem condições na reposição do pavimento após a reparação, deverá a área de intervenção ficar com pavimento em tout-venant à cota final do pavimento existente.

Caso a área intervencionada esteja sujeita a muito trânsito rodoviário, deverá ficar provisoriamente pavimentada com cubos de granito.

Artigo 1.13 - Reparação de roturas na rede de abastecimento de água, incluindo escavação em solo de qualquer natureza e transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado, fornecimento e aplicação de acessórios de ligação em FFD, aterro com areia e material da escavação conforme pormenor tipo, transporte de produtos sobrantes a vazadouro, reposição de pavimento existente

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção e identificação da rotura;
- Corte da rede geral de abastecimento de água do local;
- Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, em terreno de qualquer natureza, incluindo a baldeação dos produtos escavados, regularização dos fundos e todos os trabalhos

acessórios de entivação normal ou especial, drenagem de valas, carga e transporte de excedentes para operador de gestão licenciado para esse efeito, segundo o Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de Março, tudo de acordo com peças desenhada em anexo.

- Fornecimento e aplicação de acessórios em FFD.
- Fornecimento e aplicação de tubagem em PEAD PN10 ou PVC PN10, conforme o existente.
- Aterro da vala, com material proveniente da escavação, ou com material de empréstimo se necessário, isento de torrões, pedras e raízes, compactado em camadas de altura inferior a 0.20m, bem compactadas entre si e contra as paredes da vala, por processos manuais ou mecânicos, de modo a que não se danifique a tubagem e a atingir uma compactação superior a 95% do ensaio proctor normal, tudo de acordo com peça desenhada em anexo.
- Abertura da rede geral de abastecimento de água.
- Reposição do pavimento existente, correspondente à área de intervenção.

Nota: No caso de não existirem condições na reposição do pavimento após a reparação, deverá a área de intervenção ficar com pavimento em tout-venant à cota final do pavimento existente.

Caso a área intervencionada esteja sujeita a muito trânsito rodoviário, deverá ficar provisoriamente pavimentada com cubos de granito.

2 - REDE DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Artigo 2.1 - Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado.

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, em terreno de qualquer natureza, incluindo a baldeação dos produtos escavados, regularização dos fundos e todos os trabalhos acessórios de entivação normal ou especial, drenagem de valas, carga e transporte de excedentes para operador de gestão licenciado para esse efeito, segundo o Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de Março, tudo de acordo com peças desenhada em anexo;
- Aterro da vala, com material proveniente da escavação, ou com material de empréstimo se necessário, isento de torrões, pedras e raízes, compactado em camadas de altura inferior a 0.20m, bem compactadas entre si e contra as paredes da vala, por processos manuais ou mecânicos, de modo a que não se danifique a tubagem e a atingir uma compactação superior a 95% do ensaio proctor normal, tudo de acordo com peça desenhada em anexo.

Artigo 2.2 - Escavação para abertura de vala, aterro de vala, incluindo transporte de produtos sobrantes a vazadouro autorizado e reposição do pavimento existente.

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, em terreno de qualquer natureza, incluindo a baldeação dos produtos escavados, regularização dos fundos e todos os trabalhos acessórios de entivação normal ou especial, drenagem de valas, carga e transporte de excedentes para operador de gestão licenciado para esse efeito, segundo o Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de Março, tudo de acordo com peças desenhada em anexo;
- Aterro da vala, com material proveniente da escavação, ou com material de empréstimo se necessário, isento de torrões, pedras e raízes, compactado em camadas de altura inferior a 0.20m, bem compactadas entre si e contra as paredes da vala, por processos manuais ou mecânicos, de modo a que não se danifique a tubagem e a atingir uma compactação superior a 95% do ensaio proctor normal, tudo de acordo com peça desenhada em anexo;
- Reposição do pavimento existente, correspondente à área de intervenção.

Nota: No caso de não existirem condições na reposição do pavimento após a reparação, deverá a área de intervenção ficar com pavimento em tout-venant à cota final do pavimento existente.

Caso a área intervencionada esteja sujeita a muito trânsito rodoviário, deverá ficar provisoriamente pavimentada com cubos de granito.

Artigo 2.3 - Execução de câmara ramal de ligação (CRL) prefabricada em betão, fornecimento e colocação de tampa em ferro fundido Ø50 cm, classe B125, ligação à caixa da rede geral ou ao coletor geral em forquilha

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Fornecimento e aplicação de caixa domiciliária em betão pré-fabricado, com 50 cm de diâmetro, altura média de 80cm e tampa em FFD com 50cm de diâmetro e classe B125.
- Execução de ligação à caixa da rede geral ou ao coletor por forquilha;

Artigo 2.4 - Fornecimento e aplicação de tubagem em PP corrugado SN8, incluindo fita sinalizadora

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Fornecimento e aplicação de tubagem em PP corrugado SN8 de diâmetro 125mm ou 200mm, desde a caixa de saneamento da rede geral, até à caixa domiciliária, incluindo as respetivas ligações.

Artigo 2.5 – Execução de câmaras de inspeção (CI) em anéis de betão, com fundo liso prefabricado, fornecimento e colocação de tampa em ferro fundido Ø0,60m, H < 2,00 m e Ø 1,00 m (Tampa da classe D400), degraus em ferro fundido, reboco bem afagado com aditivo hidrofugante e execução de fundo de caixa conforme pormenor, incluindo movimento de terras e reposição do pavimento

Este item deverá ser composto nomeadamente pelas seguintes atividades/materiais:

- Deslocação ao local de intervenção;
- Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, em terreno de qualquer natureza, incluindo a baldeação dos produtos escavados, regularização dos fundos e todos os trabalhos acessórios de entivação normal ou especial, drenagem de valas, carga e transporte de excedentes para operador de gestão licenciado para esse efeito, segundo o Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de Março, tudo de acordo com peças desenhada em anexo;
- Fornecimento e montagem de caixa pré-fabricada, incluindo anéis e cúpula em betão, fundo liso pré-fabricado, tampa em ferro fundido Ø0,60m, H < 2,00 m e Ø 1,00 m (Tampa da classe D400), degraus em betão polímero, reboco afagado com aditivo hidrofugante;
- Aterro da vala, com material proveniente da escavação, ou com material de empréstimo se necessário, isento de torrões, pedras e raízes, compactado em camadas de altura inferior a 0.20m, bem compactadas entre si e contra as paredes da vala, por processos manuais ou mecânicos, de modo a que não se danifique a tubagem e a atingir uma compactação superior a 95% do ensaio proctor normal, tudo de acordo com peça desenhada em anexo.
- Reposição do pavimento existente, correspondente à área de intervenção.

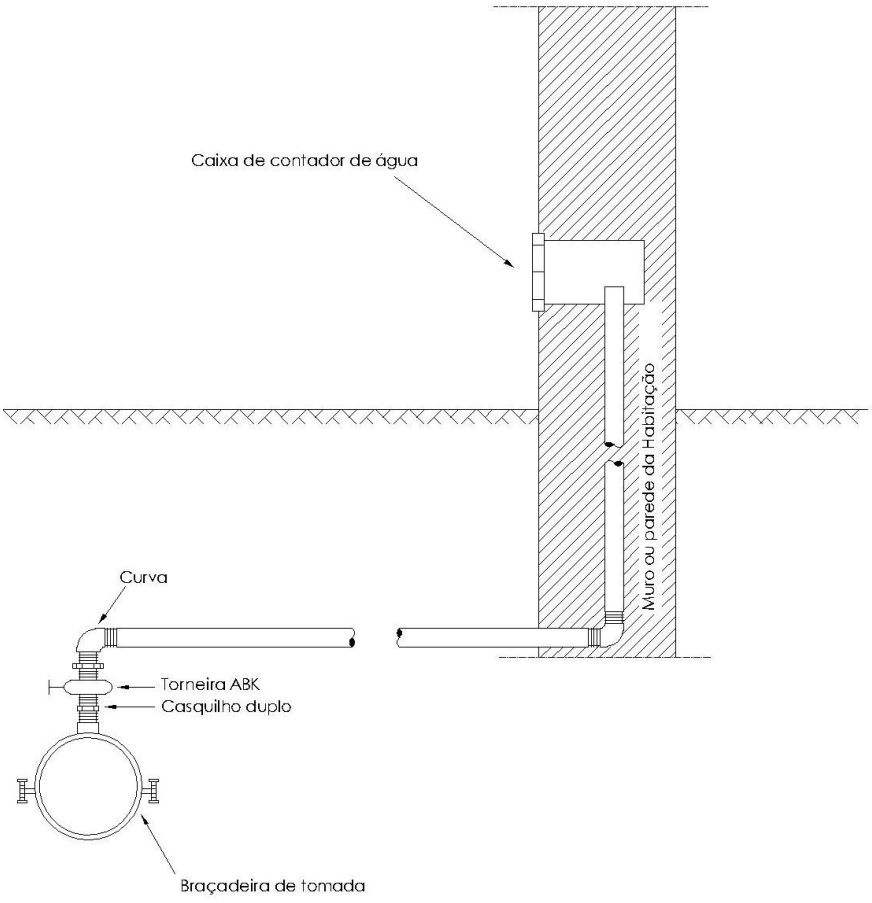
Nota: No caso de não existirem condições na reposição do pavimento após a reparação, deverá a área de intervenção ficar com pavimento em tout-venant à cota final do pavimento existente.

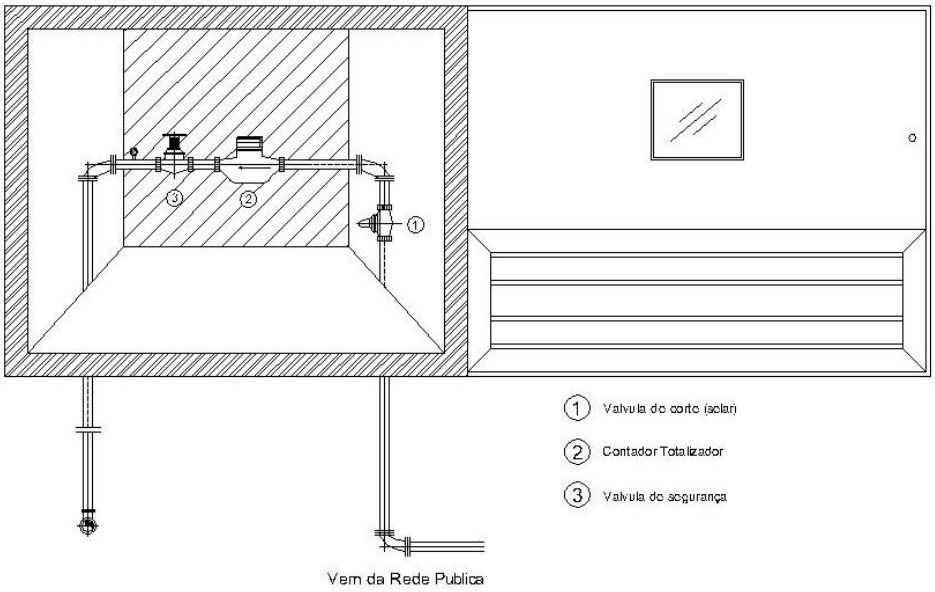
Caso a área intervencionada esteja sujeita a muito trânsito rodoviário, deverá ficar provisoriamente pavimentada com cubos de granito.

PORMENORES CONSTRUTIVOS

1 - RAMAIS DE ÁGUA E CAIXAS DE CONTADORES

PORMENOR de RAMAL

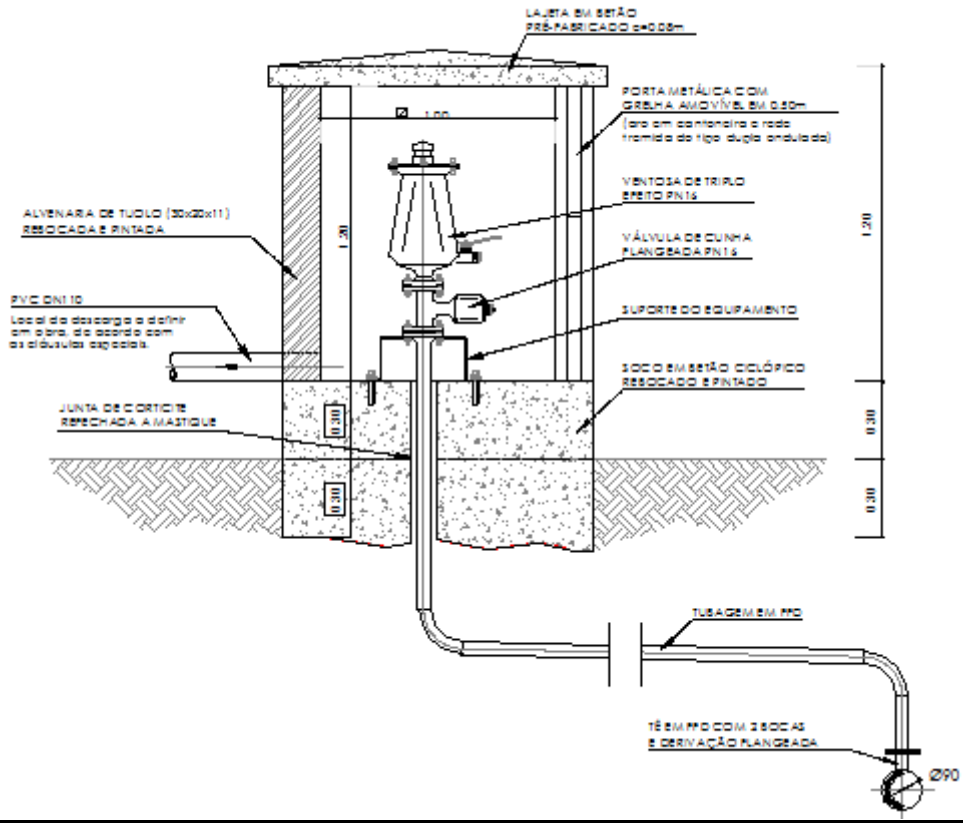




Nº de contadores	L	H	F
1	0.50 m	0.40 m	0.20 m
2	0.50 m	0.50 m	0.20 m
3	0.50 m	0.60 m	0.30 m
4	0.50 m	0.70 m	0.40 m

Nota: S\escala

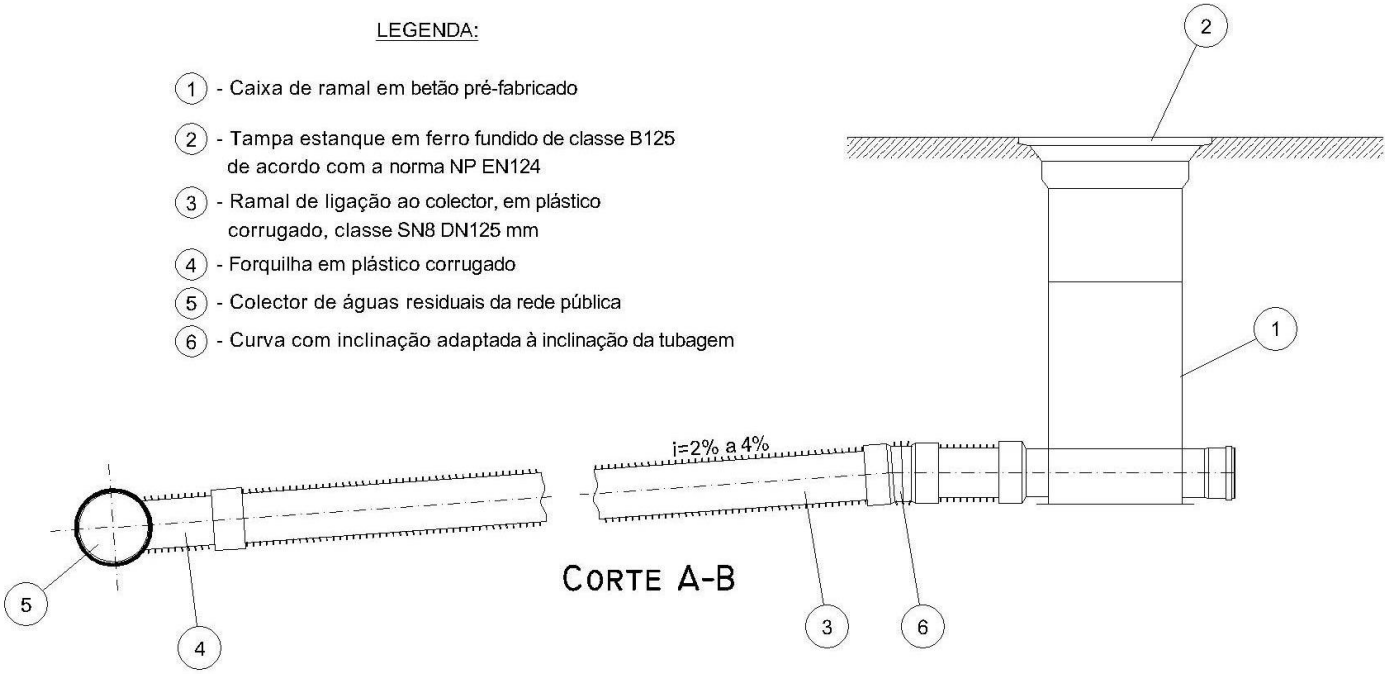
2- PORMENOR VENTOSA



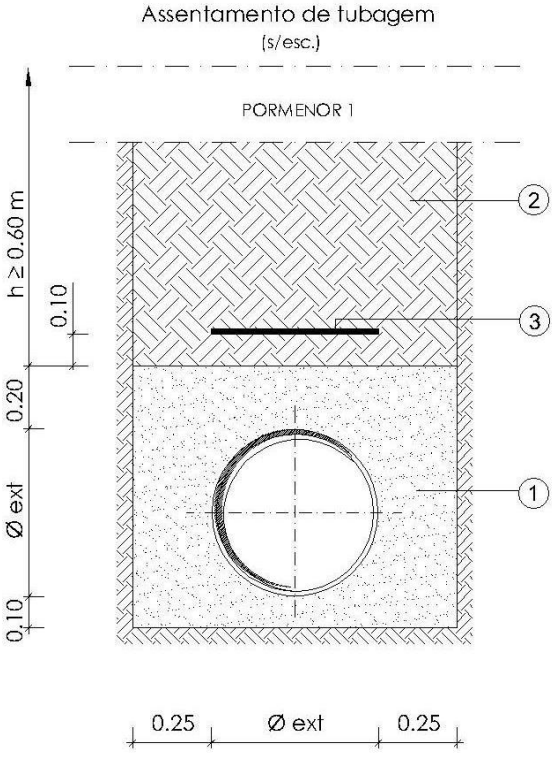
2 – RAMAIS DE SANEAMENTO

LEGENDA:

1. - Caixa de ramal em betão pré-fabricado
2. - Tampa estanque em ferro fundido de classe B125 de acordo com a norma NP EN124
3. - Ramal de ligação ao colector, em plástico corrugado, classe SN8 DN125 mm
4. - Forquilha em plástico corrugado
5. - Colector de águas residuais da rede pública
6. - Curva com inclinação adaptada à inclinação da tubagem



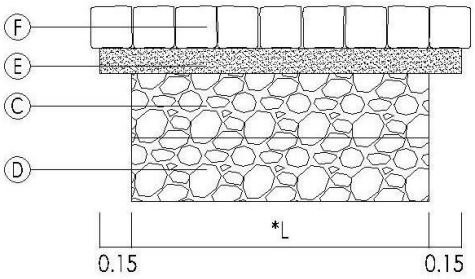
3 – VALA TIPO / REPOSIÇÃO PAVIMENTO



1. - Areia
2. - Terra da própria vala, devidamente limpa de pedras, torrões compactos e raízes em camadas de altura inferior a 0.20m, bem compactadas entre si e contra as paredes da vala, por processos manuais ou mecânicos, de modo a atingir uma compactação superior a 95% do ensaio proctor normal.
3. - Tela de sinalização para tubagem de saneamento

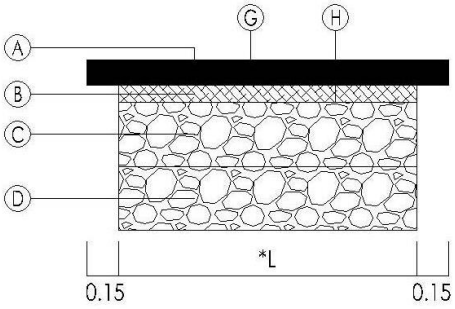
PAVIMENTOS EM CALÇADA/
CUBO DE GRANITO

Caminhos públicos e Estradas Municipais



PAVIMENTOS COM REVESTIMENTO BETUMINOSO

Caminhos públicos e Estradas Municipais



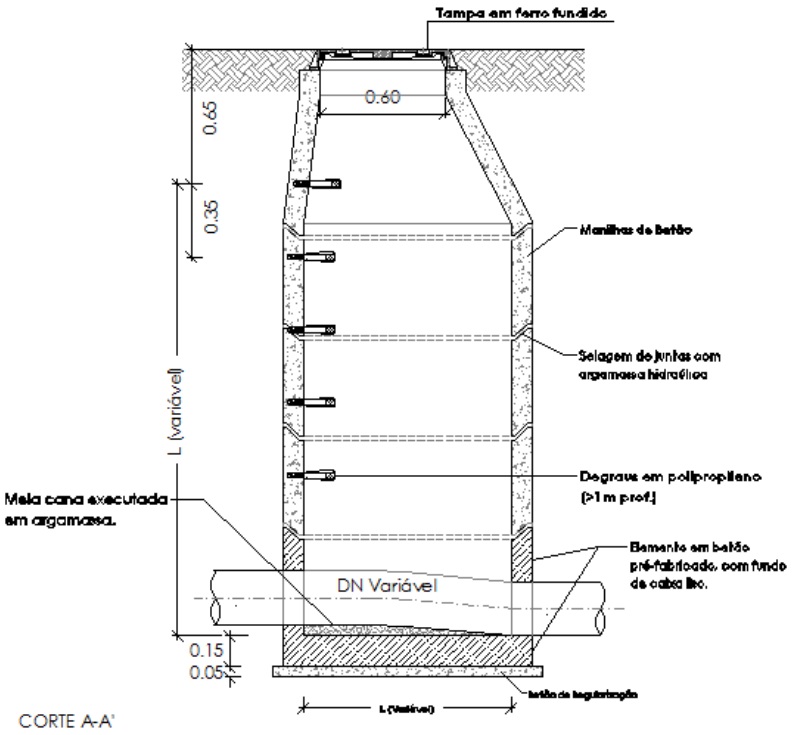
LEGENDA:

*L - Largura da Vala

Ⓐ - Betão betuminoso (5 cm de espessura)
Ⓑ - Macadame betuminoso (6 cm de espessura)
Ⓒ - Camada base em A.G.E (15 cm de espessura)
Ⓓ - Camada sub-base em A.G.E (15 cm de espessura)
Ⓔ - Caixa de areia (5cm de espessura)
Ⓕ - Calçada em cubo de granito (existente)
Ⓖ - Rega de colagem
Ⓗ - Rega de impregnação

4

4– CAIXA TIPO REDE GERAL DE SANEAMENTO



CORTE A-A'

Sernancelhe, ___ de _____ de 2022

O Técnico

_____

(Hugo Salgado)

Assinado por : **HUGO MANUEL MAGNÓRIO SALGADO**
Num. de Identificação: BI124513786
Data: 2022.04.07 17:36:23+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO